



Módulo 2 - Aula 1 - Os requisitos específicos para conseguir uma tutela provisória nas mais variadas ações

1. Porque esse módulo é necessário?

1.1. 1

1.1.1. Você já aprendeu os requisitos gerais, o que a lei, em geral, exige para que seja deferida uma tutela provisória....

1.1.1.1. Agora é hora de conhecer as especificidades....

1.1.1.1.1. Para alguns tipos de direito, a lei exige requisitos específicos....para se conseguir uma liminar em determinados tipos de pedido, a lei faz exigências diferentes, que você precisa conhecer....

1.1.1.1.1.1. São as peculiaridades de cada tipo de ação

1.1.1.1.1.1.1. Se você não conhecer essas peculiaridades e pedir da forma geral, você vai errar e vai ter seu pedido indeferido....

1.2. 2

1.2.1. Mas esse módulo também é necessário para que a gente possa ver, na prática, nas ações mais comuns do dia a dia forense, como formular um pedido de tutela provisória....

1.2.1.1. Como mostrar ao juiz a presença dos requisitos legais....

1.2.1.1.1. Como exercer o princípio da empatia e trabalhar com as emoções...

1.2.1.1.1.1. A idéia aqui é facilitar o seu trabalho...

1.2.1.1.1.1.1. Quando você tiver um caso prático semelhante, já saberá olhar para o que é importante....

1.2.1.1.1.1.1. Já saberá mostrar ao juiz aquilo que realmente importa

1.2.1.1.1.1.1.1. Por isso nós vamos ter aula específica tratando dos mais variados tipos de ação

2. Não comece por aqui

2.1. Se você está assistindo a essa aula sem ter assistido a todas as aulas dos módulos anteriores, eu lamento dizer, mas você está errado

2.1.1. As aulas desse módulo são complementares a tudo o que tratamos nas aulas anteriores...

2.1.1.1. Então, não caia na tentação de começar por aqui ou de assistir diretamente uma aula deste módulo, sem antes ter esgotado todas as aulas anteriores...

2.1.1.1.1. Falo isso para o seu bem...para que não fique nenhum vazio de conhecimento...

3. Em todas as nossas aulas vamos usar o Roteiro Prático ensinado na Aula 11 do Módulo 1

3.1. Esse roteiro será o nosso guia, para que não nos esqueçamos de nada importante....

3.1.1. Se você não se lembra do roteiro, corre lá pra assistir a aula 11 novamente...

4. PRIMEIRO PASSO

4.1. RACIOCÍNIO SINCERO

4.1.1. Você deve fazer um raciocínio sincero

4.1.1.1. Você precisa mesmo de uma decisão provisória?

4.1.1.1.1. Ou você está querendo, apenas, inverter o ônus da demora natural do processo

4.1.1.1.1.1. Seja o mais sincero possível. Lembre-se da fábula do Lobo e do Pastor

4.1.1.1.1.1.1. Você forma a sua imagem profissional de acordo com a sua conduta

4.1.1.1.1.1.1.1. Tentar só por tentar pode ter um preço caro a se pagar...

5. SEGUNDO PASSO

5.1. URGÊNCIA OU EVIDÊNCIA?

5.1.1. Você deve olhar para o seu caso concreto e identificar se o que o cliente precisa é uma tutela baseada na URGÊNCIA ou na EVIDÊNCIA

5.1.1.1. Esse passo é essencial para que você não confunda os requisitos e a forma de apresentação do pedido

6. TERCEIRO PASSO

6.1. Você deve olhar para os requisitos legais do tipo de tutela que você pretende pedir e, imediatamente....

6.1.1. LISTAR AS PROVAS E OS ARGUMENTOS JURÍDICOS E LÓGICOS pertinente a cada requisito...

6.1.1.1. Após identificar o tipo de tutela que seu cliente precisa, você deve olhar para as provas que você tem e para as provas que você pode precisar trazer ao processo

6.1.1.1.1. Você também deve relacionar os argumentos jurídicos e lógicos que você vai precisar fazer para evidenciar a presença de cada requisito

6.1.1.1.1.1. SE FOR UMA TUTELA BASEADA NA URGÊNCIA

6.1.1.1.1.1.1. TUTELA ANTECIPADA

6.1.1.1.1.1.1.1. Requisitos legais

6.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1

6.1.1.1.1.1.1.1.2. 2

6.1.1.1.1.1.1.1.2.1. Quais são as provas e argumentos jurídicos/lógicos que demonstram o perigo concreto de dano? Ou isso decorre de um simples raciocínio lógico?

6.1.1.1.1.1.1.1.3. 3

6.1.1.1.1.1.1.1.3.1. Quais são as provas que demonstram que a medida é reversível ou que não haverá prejuízo ao requerido? Ou isso é decorrente de um simples raciocínio lógico?

6.1.1.1.1.1.1.1.4. 4

6.1.1.1.1.1.1.1.4.1. O meu cliente tem condições de prestar caução?

6.1.1.1.1.1.1.2. OBS

6.1.1.1.1.1.1.2.1. Se for um tipo de ação cuja tutela exija o preenchimento de requisitos específicos, este campo deverá ser alterado para fazer constar os requisitos específicos...

6.1.1.1.1.1.2. Você vai precisar produzir alguma prova em audiência de justificação?

6.1.1.1.1.1.2.1. No caso das tutelas baseadas na urgência, você deve anotar em uma folha todas as provas que o seu cliente pode produzir em uma audiência de justificação

6.1.1.1.1.1.2.1.1. Alguma prova que você não tem no momento do pedido pode ser produzida em audiência de justificação?

6.1.1.1.1.1.2.1.1.1. Art. 300, § 2º, do CPC

6.1.1.1.1.1.2.1.1.1.1. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

6.1.1.1.1.1.1.3. Você precisa de alguma prova que esteja em poder do requerido ou de terceiro?

6.1.1.1.1.1.3.1. Você deve anotar em uma folha todas as provas materiais, que estejam em poder do requerido ou de terceiro, mas que podem sustentar seu pedido de tutela

6.1.1.1.1.1.3.1.1. há algum documento que esteja em poder do requerido ou de terceiro e que eu precise trazer aos autos para mostrar ao juiz a probabilidade do direito invocado?

6.1.1.1.1.1.3.1.1.1. Ex: a cópia do plano de saúde

6.1.1.1.1.1.1.4. A decisão precisa ser dada liminarmente ou há possibilidade de se decidir depois de ouvir a outra parte?

6.1.1.1.1.1.2. TUTELA CAUTELAR

6.1.1.1.1.1.2.1. Requisitos legais

6.1.1.1.1.1.2.1.1. Você deve anotar em uma folha

6.1.1.1.1.1.2.1.1.1. 1

6.1.1.1.1.1.2.1.1.1.1. Quais são as provas e argumentos jurídicos/lógicos que demonstram a probabilidade do direito que vou invocar?

6.1.1.1.1.1.2.1.1.2. 2

6.1.1.1.1.1.2.1.1.2.1. Quais são as provas e argumentos jurídicos/lógicos que demonstram o perigo concreto de dano ou o risco ao resultado útil do processo? Ou isso decorre de um simples raciocínio lógico?

6.1.1.1.1.1.2.1.1.3. 3

6.1.1.1.1.1.2.1.1.3.1. O meu cliente tem condições de prestar caução?

6.1.1.1.1.1.2.1.2. OBS

6.1.1.1.1.1.2.1.2.1. Se for um tipo de ação cuja tutela exija o preenchimento de requisitos específicos, este campo deverá ser alterado para fazer constar os requisitos específicos...

6.1.1.1.1.1.2.2. Você vai precisar produzir alguma prova em audiência de justificação?

6.1.1.1.1.2.2.1. No caso das tutelas baseadas na urgência, você deve anotar em uma folha todas as provas que o seu cliente pode produzir em uma audiência de justificação

6.1.1.1.1.2.2.1.1. Alguma prova que você não tem no momento do pedido pode ser produzida em audiência de justificação?

6.1.1.1.1.2.2.1.1.1. Art. 300, § 2º, do CPC

6.1.1.1.1.2.2.1.1.1.1. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

6.1.1.1.1.1.2.3. Você precisa de alguma prova que esteja em poder do requerido ou de terceiro?

6.1.1.1.1.1.2.3.1. Você deve anotar em uma folha todas as provas materiais, que estejam em poder do requerido ou de terceiro, mas que podem sustentar seu pedido de tutela

6.1.1.1.1.1.2.3.1.1. há algum documento que esteja em poder do requerido ou de terceiro e que eu precise trazer aos autos para mostrar ao juiz a probabilidade do direito invocado?

6.1.1.1.1.1.2.3.1.1.1. Ex: a cópia do plano de saúde

6.1.1.1.1.1.2.4. A decisão precisa ser dada liminarmente ou há possibilidade de se decidir depois de ouvir a outra parte?

6.1.1.1.1.2. SE FOR UMA TUTELA BASEADA NA EVIDÊNCIA

6.1.1.1.1.2.1. Você deve anotar em uma folha

6.1.1.1.1.2.1.1. Em qual das hipóteses do art. 311 do CPC se encaixa o meu caso concreto?

6.1.1.1.1.2.1.1.1. Decidida a hipótese em que o seu caso se encaixa, você vai começar a listas em uma folha:

6.1.1.1.1.2.1.1.1.1. Quais são as provas e os argumentos lógicos e jurídicos que demonstram a presença de cada requisito da hipótese em questão

6.1.1.1.1.2.1.1.1.1.1. Exemplo:

6.1.1.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1. IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

6.1.1.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1. 1

6.1.1.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1. Quais são as provas e os argumentos jurídicos/lógicos que demonstram que a petição inicial foi instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor?

6.1.1.1.1.2.1.1.1.1.1.1.2. 2

6.1.1.1.1.2.1.1.1.1.1.1.2.1. Há no processo a demonstração de que o réu não opôs prova capaz de gerar dúvida razoável?

6.1.1.1.2.1.1.1.1.1.3. Um exemplo prático

6.1.1.1.2.1.1.1.1.1.3.1. O autor afirma que o acidente aconteceu por culpa do réu. Para provar esse fato junta filmagem do momento do acidente

6.1.1.1.2.1.1.1.1.1.3.1.1. O autor pede a condenação do réu ao pagamento do conserto do carro

6.1.1.1.2.1.1.1.1.1.3.1.1.1. Na contestação o réu se limita a dizer que não deu causa ao acidente, mas não apresenta qualquer prova capaz de gerar dúvida razoável ao que foi dito pelo autor

6.1.1.1.2.1.1.1.1.1.3.1.1. Neste caso o juiz poderá conceder tutela provisória de evidência e desde logo condenar o requerido a pagar o conserto do carro do autor

7. QUARTO PASSO

7.1. A APLICAÇÃO DA EMPATIA NA PRÁTICA

7.1.1. Você deve olhar para o caso concreto e exercer a EMPATIA

7.1.1.1. Se fosse você no lugar do juiz, quais argumentos você utilizaria para poder INDEFERIR o pedido

7.1.1.1.1. Lembra sempre que o juiz tem MEDO de ser injusto e se sente INSEGURO em tomar uma medida drástica sem ouvir a parte contrária

7.1.1.1.1.1. Você deve listar todos os medos relativos ao caso concreto

7.1.1.1.1.1.1.1. Exemplo 1: Pedido de arresto formulado em ação de indenização por acidente de trânsito

7.1.1.1.1.1.1.1.2. Mas e se houve culpa exclusiva da vítima pelo acidente?

7.1.1.1.1.1.1.1.2.1. Você deve se
adiantar e rebater esse pensamento....

7.1.1.1.1.1.1.1.3. Mas e se o requerido possuir outros bens para garantir uma futura condenação

7.1.1.1.1.1.1.1.3.1. Você deve se
adiantar e rebater esse pensamento

7.1.1.1.1.1.1.1.4. Esse perigo de dano é concreto, real, ou está apenas na cabeça do requerente

7.1.1.1.1.1.1.4.1. você deve indicar qual é o perigo concreto

8. Depois de seguir todos os passos, é só começar a escrever...

8.1. Nós vamos seguir esses passos em vários tipos de ações e imaginar os cenários mais comuns...

8.1.1. Depois, o seu trabalho será apenas o de adaptar aos seus casos reais....

9. Vamos analisar as peculiaridades de mais de 20 tipos de ações...

9.1. Nós vamos fazer essa análise nos seguintes tipos de ações

9.1.1. Aula 2 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas Ações Possessórias

9.1.2. Aula 3 - As peculiaridades das tutelas provisórias no Mandado de Segurança

9.1.3. Aula 4 - As peculiaridades das tutelas provisórias nos Embargos de Terceiro

9.1.4. Aula 5 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações de despejo

9.1.5. Aula 6 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações de alimentos

9.1.6. Aula 7 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações de guarda e visita de filhos

9.1.7. Aula 8 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações de Divórcio e Partilha de bens

9.1.8. Aula 9 - As peculiaridades das tutelas provisórias na Investigação de Paternidade

9.1.9. Aula 10 - As peculiaridades das tutelas provisórias no pedido de Alimentos Gravídico

9.1.10. Aula 12 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações contra seguradoras

9.1.11. Aula 13 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações contra operadoras de plano de saúde

9.1.12. Aula 14 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações com pedido de medicamento e/ou internação contra o Município, Estado e União

9.1.13. Aula 15 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações previdenciárias

9.1.14. Aula 17 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações declaratórias de inexistência de débito

9.1.15. Aula 18 - As peculiaridades das tutelas provisórias na ação de consignação em pagamento

9.1.16. Aula 19 - As peculiaridades das tutelas provisórias no pedido de sustação de protesto

9.1.17. Aula 20 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações que envolvem cancelamento de voo ou remarcação de passagem

9.1.18. Aula 21 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações de usucapião

9.1.19. Aula 22 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações indenizatórias

9.1.20. Aula 23 - As peculiaridades das tutelas provisórias nas ações de rescisão contratual